

Câmara pede terreno para construir sede de R\$ 30 milhões e é criticada

Verba daria para construir cerca de 230 casas populares em bairros como Satélite Íris

Por Raquel Valli

O presidente da Câmara, Luiz Rossini (Republicanos-SP), encaminhou um ofício à Prefeitura solicitando a destinação de uma área de cerca de 9 mil m² no São Bernardo - bairro onde fica a cadeia de Campinas - para a construção de uma sede para o Legislativo. O Plano Plurianual do município, aprovado em 2025, prevê cerca de R\$ 30 milhões para a obra. Com este montante, seria possível, por exemplo, construir aproximadamente 230 casas populares em bairros como o Cidade Satélite Íris.

A proposta de Rossini é criticada pela população e por um ex-vereador de Campinas, que exomizou mais de R\$ 1 milhão dos cofres públicos municipais (leia mais abaixo). Já a previsão de conclusão da nova sede da Câmara é para 2031 - desde que a Prefeitura aceite ceder a área para uso do Legislativo.

O terreno fica entre as ruas Reverendo Orlando Galzo e a Avenida João Batista Morato do Canto, e é usado como garagem para caminhões que realizam serviços ao Executivo.

Segundo a proposta, a escolha da área se baseia em análises da equipe técnica da Câmara, que identificou o local como estratégico devido à proximidade com o Centro e à facilidade de acesso para a população por meio de transporte público. Ainda de



Fachada da entrada principal do Poder Legislativo campineiro, no bairro da Ponte Preta

acordo com a proposição, o local permitiria uma integração ágil com a Prefeitura.

O texto cita que São Bernardo há equipamentos públicos, como centro de esporte e de saúde, assim como a unidade do Instituto de Previdência Social do Município de Campinas (Camprev). Destaca que o terreno possui uma frente estruturada que favorece a acessibilidade, a fluidez do tráfego e a realização de eventos públicos, além de permitir a valorização da fachada institucional e a criação de uma praça. Rossini

justifica ainda que a atual sede foi construída em 1973 e já se encontra próxima do limite de vida útil, especialmente no que diz respeito às estruturas e às instalações prediais que apresentam sinais de obsolescência.

Ressalta que, com o crescimento das atividades legislativas e administrativas ao longo das décadas, foram adicionadas edificações anexas para suprir demandas emergenciais, mas o resultado atual é um conjunto com limitações de articulação funcional, dificuldades de circulação entre os

blocos e uma manutenção predial de alta complexidade.

Críticas

Para o arquiteto e urbanista Paulo Gaspar, ex-vereador de Campinas, conhecido por defender os recursos públicos com austeridade, “não existe a mínima necessidade de mudança de prédio”, já que a proposta “tem haver apenas com os delírios corporativistas dos vereadores de Campinas”. Gaspar recusou os recursos disponíveis para todas as regalias de gabinete, abrindo mão de todos

os privilégios do mandato, tais como carro oficial, combustível, auxílio correio, material de escritório, material gráfico para diplomas e medalhas, além de manter um número restrito de assessores e de não ter cargos na cota do Poder Executivo.

“Todas as justificativas feitas pelo presidente da Câmara são desculpas esfarrapadas sem lastro nenhum com a realidade” porque “essa proposta de mudança é mais uma tentativa de queimar o dinheiro do contribuinte campineiro”, destaca.

Ainda de acordo com o ex-parlamentar, “a mudança da Câmara Municipal para a Ponte Preta em 2006 (devido a uma reforma) já foi um erro gravíssimo, pois ela nunca deveria ter saído da região central”.

Na época, ele propôs a instalação da Câmara no Palácio da Justiça, no Centro, e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo liberou a mudança, que nunca foi feita. O motivo, segundo o urbanista, foi que “os vereadores não quiseram perder as mordomias, preferindo ficar longe da população”.

Para a repositora de supermercado Renata Oliveira, a proposta é indecente. “Essas pessoas sabem o que está acontecendo em Campinas? Já entraram no Mário Gatti? Elas andam pelo Centro? Em que mundo essas criaturas vivem? No do povo, que paga imposto suado, é que não é”,

Mantida suspensão de venda da Fazenda Santa Elisa

Da Redação

A Justiça de São Paulo manteve a decisão de suspender a audiência pública que discutiria a venda da Fazenda Santa Elisa, em Campinas, e de outras 34 áreas de pesquisa do Estado. O desembargador Sidney Romano dos Reis, da 6ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça (TJ-SP), negou o recurso apresentado pela Procuradoria Geral paulista, que buscava cassar a liminar obtida pela Associação dos Pesquisadores Científicos (APqC).

A audiência, organizada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, estava prevista para ocorrer na última segunda-feira (13).

O magistrado justificou a manutenção da suspensão ao afirmar que o pedido do governo não se enquadrava em casos de urgência para análise durante o plantão

judiciário, como riscos à vida ou direitos iminentes. Com isso, o mérito do recurso será analisado pelo relator sorteado, o juiz Kleber Leyser de Aquino.

Entenda o caso

A controvérsia gira em torno do plano do governo estadual de alienar propriedades ligadas a institutos de pesquisa, como o Instituto Agrônomo (IAC) de Campinas. Já a APqC sustenta que a venda de patrimônio público exige aprovação prévia da Assembleia Legislativa (Alesp), conforme a Constituição Estadual, o que não teria ocorrido.

Além disso, a entidade alerta para danos irreversíveis à ciência, já que a Santa Elisa, por exemplo, abriga o maior banco de germoplasma de café do mundo e estudos estratégicos sobre a macaúba para biocombustíveis.

Cientistas e entidades civis

argumentam que as áreas não são “subutilizadas”, como afirma o Estado, mas sim experimentais.

Enquanto o governo alega que as áreas de pesquisa serão preservadas, a comunidade acadêmica teme que a alienação fragilize a segurança alimentar e a adaptação climática. O caso segue sob análise judicial sem nova data para audiências.

Santa Elisa

A Fazenda pertence ao IAC e funciona como principal centro de experimentação científica do instituto. O espaço abriga o Centro de Café Alcides Carvalho, referência global em pesquisa e melhoramento genético. Além da produção cafeeira, a unidade desenvolve estudos em grãos, fibras e preservação ambiental, e é tido como patrimônio histórico e tecnológico fundamental para a agricultura brasileira.



Fazenda é considerada patrimônio da agricultura brasileira